

# 7

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise preliminar dessa experiência, levada a efeito no Médio Vale do Itajaí, permite avaliar de perto a problemática que cidades de pequeno porte enfrentam no âmbito do planejamento urbano e regional. O desafio é como essas cidades podem, através de ações conjugadas alavancar o desenvolvimento local. A constatação da falta de recursos humanos, materiais e financeiros se apresenta como um dos entraves à gestão do planejamento. Apesar disso, a participação popular durante todo o processo, mostrou-se empolgante e desafiadora. A necessidade de respeitar o art.182, da C. F., que elegeu o Plano Diretor como o “instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbano” e obrigatório para as cidades com mais de vinte mil habitantes, reiterado pelo Estatuto da Cidade, estabeleceu os pressupostos essenciais à constitucionalidade e à legalidade tanto dos processos de formulação quanto de revisão dos Planos Diretores. Nas reuniões comunitárias, se enfatizou a necessidade de se respaldar essa prática inovadora, uma vez que em alguns estados já existia precedentes de jurisprudência alegando a falta de legitimidade de Planos Diretores que não respeitaram essa recomendação. Além do reconhecimento dado pela comunidade, esta experiência posta em prática pela AMMVI, conjugando esforços de oito municípios para a elaboração dos seus Planos Diretores, foi considerada inovadora pela Comissão Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados, e por esse motivo a instituição foi convidada a expor seus resultados em Brasília, na 7ª Conferência das Cidades (Anexo XII). Acreditamos que após a conclusão desse processo nacional de elaboração e de revisão dos Planos Diretores, nossas cidades e nossos cidadãos, estarão muito mais preparados para o exercício da cidadania, multiplicando esses ensinamentos e essas experiências de forma a perpetuar essa nova prática democrática de se pensar e de se construir a cidade desejada para o futuro.